

Memorando 2- 2.533/2025

De: Jary A. - PRE-COO-PR

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/11/2025 às 08:43:34

Setores envolvidos:

PRE-COO-SEC, PRE-COO-PR, PRE-AJUR, CCJ, CFIN

PLO 185/2025 (ME 126/2025)

Com o devido respeito a eventuais entendimentos divergentes, é evidente a **ausência dos requisitos legais que autorizam a contratação temporária**. Ao longo dos anos, constata-se com facilidade que o próprio Poder Executivo Municipal tem contribuído para a desorganização administrativa, especialmente ao deixar de promover os concursos públicos necessários ao provimento efetivo de cargos.

É patente que **não estão presentes os pressupostos constitucionais previstos no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal**, que restringe a contratação temporária a situações de excepcional interesse público e necessidade transitória. Registre-se, ainda, que em diversas oportunidades venho expondo de forma detalhada a correta aplicação desse dispositivo constitucional, sem que as orientações tenham sido devidamente observadas.

Como se não bastasse, é de amplo conhecimento no Município de Canguçu o **déficit financeiro do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Públicos Municipais (FAPS)**, o qual, em futuro não muito distante, poderá comprometer a aposentadoria dos servidores efetivos. Não obstante, o Poder Público tem, de forma recorrente, **optado pela contratação de servidores temporários, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS)** — o que implica o recolhimento das contribuições previdenciárias à União, e não ao Município de Canguçu.

Nesse contexto, relembro o que foi consignado no parecer referente ao Projeto de Lei nº 169/2025:

“Em termos práticos, tal prática fragiliza o equilíbrio atuarial do FAPS, uma vez que o sistema previdenciário dos servidores públicos segue o princípio da solidariedade intergeracional: os servidores em atividade contribuem para custear os benefícios dos aposentados e pensionistas atuais, esperando que as futuras gerações façam o mesmo. Assim, a ausência de contribuições por parte dos servidores temporários compromete a sustentabilidade financeira do fundo, agravando, a longo prazo, o déficit previdenciário municipal.

Por fim, no caso em análise, é evidente a ausência dos pressupostos constitucionais da excepcionalidade e da temporariedade. Verifica-se que a carência de cuidadores e de assistente social constitui situação previsível e recorrente, fato comprovado pelas sucessivas contratações emergenciais realizadas ao longo do tempo — o que, por si só, afasta a caracterização da emergência exigida pelo art. 37, inciso IX, da Constituição Federal.

A contratação temporária representa exceção à regra do concurso público, sendo admitida apenas para atender a situações anormais e transitórias, que demandem solução imediata e provisória. Sua utilização para suprir necessidades permanentes da Administração revela-se, portanto, incompatível com o regime constitucional de investidura em cargo público.

Diante do exposto, conclui-se que o projeto de lei que visa à contratação de cuidadores e assistente social, sem prévia aprovação em concurso público, não atende aos requisitos constitucionais da excepcionalidade e da temporariedade, previstos no art. 37, IX, da Constituição Federal”.

Constata-se que a carência de profissionais nessas áreas é situação permanente e previsível, não configurando hipótese emergencial capaz de justificar contratações temporárias. Ademais, tal prática acarreta prejuízos ao equilíbrio financeiro do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores (FAPS), uma vez que as contribuições

previdenciárias dos contratados temporariamente são vertidas ao Regime Geral de Previdência Social, e não ao fundo municipal.

Dessa forma, opina-se pelo não prosseguimento da proposta de contratação temporária, recomendando-se a realização de concurso público como meio legítimo, impessoal e constitucional para o provimento dos cargos.

É o parecer.

—
Jary Vitória Alves
Procurador



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1B9B-5EDF-77D0-FE5F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JARY VITÓRIA ALVES (CPF 886.XXX.XXX-53) em 13/11/2025 08:44:16 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://camaracangucu.1doc.com.br/verificacao/1B9B-5EDF-77D0-FE5F>